

SEGURANÇA PÚBLICA NO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DOS HOMICÍDIOS DOLOSOS ENTRE 2003 E 2014

Marcelo de Sales Pessoa

Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

No estado do Rio de Janeiro (ERJ), segundo dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de homicídios dolosos era de 43,5 por 100 mil habitantes, em 2003. Essa taxa caiu para 25,1 em 2012. Enquanto a taxa de homicídios diminuiu apenas 10% no Brasil nesse período, ela decresceu 42% nesse estado. Por causa dessa variação, em 2012, o número de homicídios por 100 mil habitantes no Rio de Janeiro já era menor que a média nacional.

O momento de queda mais rápida dos índices de violência no ERJ coincidiu com a implantação das unidades de polícia pacificadora (UPPs). Trata-se de uma política de segurança pública voltada para a retomada de áreas sob o domínio do tráfico de drogas. O objetivo deste trabalho é investigar o efeito da política de instalação de UPPs sobre a taxa de homicídios dolosos.

Neste trabalho, avaliam-se os homicídios dolosos presentes nos boletins de cada uma das 138 delegacias do ERJ, de 2003 a 2014. A frequência desses registros de ocorrência (ROs) é mensal, mas estes foram agregados em base anual para comparação com dados nacionais e internacionais. Todas as informações sobre criminalidade foram disponibilizadas pelo ISP. Também são usados dados do IBGE, para a população, e do Instituto Pereira Passos (IPP), para o índice de desenvolvimento humano (IDH) de cada bairro.

A metodologia consiste na avaliação comparativa da evolução temporal da taxa de homicídio por locais de registro. Esses locais foram agrupados segundo a presença ou não de UPPs. Em seguida, testou-se a diferença estatística das taxas médias de homicídio, por meio de procedimentos paramétricos e não paramétricos. Buscando aumentar a validade da comparação, os dados foram separados segundo características que também poderiam afetar a taxa de homicídios, tais como: IDH médio dos bairros; e tamanho da população servida pela delegacia de polícia (DP). Além disso, para dar robustez aos resultados, foi usada a metodologia de diferença em diferenças (DD).

Os resultados revelam uma queda de 33% na taxa de homicídios dolosos no ERJ, entre 2003 e 2013, enquanto no Brasil essa diminuição foi de apenas 13% nesse período. Essa queda se deu de forma distinta nas diversas regiões do estado. No centro fluminense, por exemplo, a taxa de homicídios caiu 46%, enquanto no norte chegou a crescer 6%. Essa mesma heterogeneidade foi observada na divisão da amostra por períodos. Na cidade do Rio de Janeiro (CRJ), de 2003 a 2008, os homicídios caíram 24%; de 2009 a 2014, já no período com UPPs, a diminuição foi de 47%.

Na análise da amostra desagregada, notaram-se taxas de homicídio mais baixas em regiões de maior IDH e com DP atendendo a um número menor de cidadãos. Em média, as regiões de maior IDH têm taxa de homicídio doloso igual a 20, contra 42 nas de menor IDH. Nas localidades onde a DP precisa servir a um grande número de pessoas, a média da taxa de homicídios é 41, contra dezoito nas regiões com menos habitantes por DP.

Na comparação das regiões com e sem UPPs, as diferenças nas médias das taxas de homicídio foram estatisticamente significantes tanto para o ERJ como para a CRJ. Ao desagregarmos por período, antes e após o início do programa, os testes indicaram efeito positivo das UPPs sobre a diminuição da taxa de homicídio para todas as regiões do estado, com exceção daquelas mais afastadas das comunidades onde essas unidades foram instaladas (regiões norte e noroeste). Além disso, o teste com o modelo de diferença em diferenças revelou que o programa de UPPs ajudou a reduzir em 15,4 o número de homicídios dolosos por 100 mil habitantes no estado.